



INFORMATIVO DA CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

EDIÇÃO Nº 8 / DEZEMBRO DE 2023 - ESPECIAL SEMINÁRIO E REUNIÃO DAS FRENTES PARLAMENTARES

Seminário das Frentes Parlamentares reúne entidades pelo Limite dos Juros e pela Auditoria da Dívida

ONDE ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS? NO SERVIÇO PÚBLICO OU NO SISTEMA DA DÍVIDA?



O I Seminário das Frentes Parlamentares “pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida com participação popular” e “Contra os Juros Abusivos” foi um sucesso, atraindo participação massiva de entidades representativas com atuação em todo o Brasil: SITRAEMG, COFECON, SINDFAZENDA, AMB, REVISTA INCOMUNIDADE, SEDF, ANEINFRA, SINDILEGIS, FENAPRF, ANPPREV, FÓRUM GOIANO DEF. DIREITOS, DEMOC. E SOBERANIA, SINDRECEITA, FENAJUFE, SINDIFISCO, FENALE, CSP CONLUTAS, FENASPS, ANDES SN, BANCARIOS DF, SEXTA SEMANA SOCIAL BRASILEIRA, JUBILEU SUL, AJURIS, 14 de Marco DF, CSB, FENAJUD, SINDCOP, IFB/UNB, IEB, FENAE, SINAL, SINPRO- SINDTE, SINT-IFES/GO, FASUBRA, FETEC/PR, além da Auditoria Cidadã da Dívida.

O evento foi fortalecido pela dedicação da Deputada Fernanda Melchionna, coordenadora da Frente, e pela participação dos professores convidados, Dr. Miguel Bruno e Dr. Ladislau Dowbor, que se uniram à coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli para compartilhar o conhecimento e o trabalho valiosíssimo que prestam à sociedade.

Em sua fala, a Deputada Fernanda Melchionna realçou que “a agenda econômica massacra os interesses do povo e só atende aos interesses dos parasitas do sistema financeiro”.

O Prof. Miguel Bruno deu uma verdadeira aula sobre a financeirização e o nocivo impacto dos juros altos para toda a economia do país. Para ele, “a financeirização provoca déficit democrático, cortando direitos”.

Por sua vez, o Prof. Ladislau Dowbor afirmou que “o problema do Brasil não é econômico, e sim de organização política e social” e que “a política de juros paralisa o investimento do Estado, o consumo das famílias e o desenvolvimento das empresas”.

Fattorelli ressaltou, em sua exposição, o contraponto entre os gastos financeiros com a chamada dívida pública e o que é destinado ao conjunto de investimentos sociais,

evidenciando que o rombo das contas públicas está no privilegiado Sistema da Dívida.

Diversas propostas relevantes foram apresentadas durante o produtivo debate que aconteceu após as palestras, demonstrando o elevado envolvimento dos presentes em torno do tema e a imensa esperança que depositam no prosseguimento dos trabalhos dessas Frentes Parlamentares.

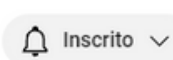
ASSISTA AO SEMINÁRIO DAS FRENTES PARLAMENTARES NO CANAL DA ACD NO YOUTUBE



Assista ao Seminário das Frentes Parlamentares na íntegra



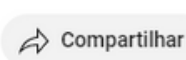
Auditoria Cidadã ...
79,1 mil inscritos



Inscrito



112



Compartilhar

Exibido originalmente pelo canal da TV Câmara no Youtube, o seminário “**Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no sistema da dívida?**”

promovido pelas Frentes Parlamentares “**pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular**” e “**Contra os Juros Abusivos**” agora está também disponível no canal da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) no Youtube.

Assista o Seminário na íntegra:

[Clique aqui](#)

Reunião das Frentes Parlamentares denuncia que “Dinheiro tem, e muito!”

Frentes parlamentares
denunciam que “dinheiro
tem, e muito”



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A realização de uma reunião ainda no mês de dezembro foi uma das propostas apresentadas e aprovadas durante o I Seminário das Frentes Parlamentares “pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular” e “Contra os Juros Abusivos”.

Diante das propostas de LDO 2024 e PLOA 2024 em tramitação no Congresso Nacional, o objetivo da reunião foi avaliar a conjuntura de privilégio do Sistema da Dívida e juros abusivos, a fim de reunir argumentos e dados para fortalecer a luta de servidores públicos, face ao anúncio de apresentação de proposta por parte do governo federal agendada para o dia 18 de dezembro.

Todo esforço foi empenhado pela ACD e assessorias das Frentes para organizar a reunião, que aconteceu no dia 12 de dezembro, em auditório do Edifício OAB, e contou com a participação da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), e mais de 50 pessoas, representantes de entidades, tanto no auditório da OAB quanto pela internet, uma vez que foi garantida a possibilidade de participação em conferência via Zoom.

No início da reunião, a coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli, apresentou o material inédito que elaborou especialmente para contribuir com a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando ([Baixe aqui](#)).

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.

Convocou as entidades presentes para comparecer à reunião da Comissão Mista de Orçamento que analisará a proposta orçamentária para 2024, que não prevê recursos para reajustes salariais ao funcionalismo. Já o coordenador da Frente Parlamentar Contra os Juros Abusivos, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), conclamou a todos para uma campanha contra o congelamento salarial.

"É urgente enfrentar o privilégio do Sistema da Dívida! Não podemos esperar o agravamento da situação, como ocorre na Argentina, que hoje anuncia a eliminação de ministérios e demissão de funcionários públicos para economizar recursos que se destinarão ao Sistema da Dívida", afirmou Fattorelli, reconhecendo a importância das mobilizações traçadas pelo conjunto de servidores públicos no Brasil.

Na sequência, a coordenadora da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida com participação popular, deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), que honrou a ACD e demais entidades com sua participação presencial durante quase toda a reunião, criticou a política econômica neoliberal que ainda persiste no Brasil, mesmo sendo ela da base aliada do atual governo brasileiro. *"Nós elegemos o Lula para lutar"*, disse ela, lembrando que é preciso enfrentar a agenda privatista que chamou de *"fábrica de produção de lucro"* do sistema financeiro.

Ele, que também fez questão de comparecer pessoalmente à reunião, criticou a política monetária contracionista do Banco Central e o Congresso, que, em seu ver, está transformando o Brasil em um modelo de superparlamentarismo, tomando, na prática, o controle do poder e recursos que deveriam ser do Executivo.

A quem serve os juros elevados?
Porque a dívida pública só aumenta?
Como a política de juros impede o desenvolvimento do país?



Baixe a Cartilha da Auditoria Cidadã da Dívida e saiba isso e muito mais!



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Agora, é essencial que o povo brasileiro se una não apenas para conscientizar, mas também para exigir transparência e aplicação correta dos recursos públicos para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nós preparamos uma cartilha bem esclarecedora sobre o assunto.

[Clique aqui](#)

Reajuste ZERO para salários de servidores em 2024 enquanto trilhões são gastos com o Sistema da Dívida mostram a necessidade de LIMITE DE JUROS e AUDITORIA JÁ

REAJUSTE ZERO PARA SERVIDORES E TRILHÕES PARA O SISTEMA DA DÍVIDA



O governo Lula comunicou aos servidores públicos que o reajuste salarial em 2024 será ZERO. Isso nos mostra e reforça a necessidade de avançar os trabalhos das Frentes Parlamentares “Pelo Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com participação popular” e “Contra os juros abusivos”.

Durante a reunião do Conselho Político da ACD, realizada em 19 de dezembro, esse foi o debate central da análise de conjuntura, tendo sido aprovada por unanimidade a

proposta de realizar reunião no início de 2024, envolvendo todos os movimentos sociais, sindicatos, associações, centrais e demais organizações populares, para lutar pelo atendimento dos direitos sociais.

Ao mesmo tempo, o Congresso aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e deve aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024, destinando R\$ 2,5 trilhões para os gastos com a chamada DÍVIDA PÚBLICA, que o TCU já comprovou que não tem contrapartida alguma em investimentos!



PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º Andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
contato@auditoriacidadada.org.br / Tel (61) 2193-9731

ESTAMOS TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS:



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADA

DEZEMBRO 2023